

Cláudio Brandão

TEORIA JURÍDICA DO CRIME

6ª Edição

COLEÇÃO CIÊNCIA CRIMINAL CONTEMPORÂNEA

Coordenação: Cláudio Brandão





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Cláudio Brandão.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Maro
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Leticia Robini (Photo by Patrick Tomasso on Unsplash)
<i>Diagramação</i>	Enzo Zaqueu

1182319

Catálogo na Publicação (CIP)

Brandão, Cláudio (Professor)
B817 Teoria jurídica do crime / Cláudio Brandão. - 6. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
336 p. - (Ciência criminal contemporânea; v. 1)

Coordenador da coleção: Cláudio Brandão
ISBN 978-65-5059-098-7

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Teorias gerais sobre o crime e a criminalidade. 4. Penas.
Penalidades em geral. I. Título. II. Série.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO	19
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	23
INTRODUÇÃO	31
1. CONCEITO DE CRIME	35
1.1. Conceito da Escola Positiva e conceito jurídico de crime	35
1.2. Conceito material de crime	38
1.2.1. Conceito de bem jurídico. Antecedentes	40
1.2.2. Nascimento do conceito de bem jurídico	41
1.2.3. O bem jurídico no positivismo normativo de Binding	45
1.2.4. A construção do bem jurídico a partir do neokantismo	47
1.3. Conceito formal de crime	50
1.4. Classificações do crime	54
2. A CONDUTA HUMANA	59
2.1. Considerações Iniciais	59
2.1.1. A conduta na teoria do crime	60
2.1.2. Origem dogmática do conceito de conduta	61
2.2. Teorias do conceito de ação	63
2.2.1. Teoria causalista da ação	63
2.2.2. Teoria finalista da ação	66
2.2.3. Teoria social da ação	71

2.2.4. Teoria funcionalista da ação.....	72
2.3. Considerações críticas sobre as teorias da ação.....	75
2.4. Omissão.....	77
2.4.1. Considerações Iniciais.....	77
2.4.2. O problema conceitual da omissão.....	79
2.4.3. A viragem metodológica do positivismo e os problemas decorrentes do não fazer.....	81
2.4.4. As abordagens da omissão a partir do finalismo.....	85
2.5. Comissão por omissão (omissão imprópria).....	88
2.6. Omissão e Tipicidade.....	90
2.7. Ausência de conduta.....	94
3. NEXO DE CAUSALIDADE.....	97
3.1. Conceito de nexo de causalidade.....	97
3.2. Teorias sobre o nexo de causalidade.....	99
3.2.1. Teoria da Equivalência das Condições.....	99
3.2.2. Teoria da causalidade adequada.....	101
3.3. Posição do direito brasileiro.....	102
3.4. Causalidade e imputação objetiva.....	105
3.5. Causalidade nos crimes culposos.....	108
4. TIPICIDADE.....	111
4.1. Conceito de tipicidade.....	111
4.2. Antecedentes históricos do conceito de tipicidade.....	112
4.3. Afirmação da tipicidade e sua posição no conceito de crime.....	116
4.4. Função de garantia da tipicidade.....	122
4.5. Análise do tipo penal.....	123
4.5.1. Sujeito ativo.....	124
4.5.2. Sujeito passivo.....	127
4.5.3. Objeto material.....	128
4.5.4. Elementos do tipo penal.....	128
5. TIPO COMISSIVO DOLOSO.....	131
5.1. Conceito de dolo.....	131
5.2. Teorias do dolo.....	132

5.3. Normatização do dolo.....	134
5.4. Elementos do dolo.....	136
5.5. Preterdolo.....	139
6. TIPO COMISSIVO CULPOSO.....	141
6.1. Conceito e teorias da culpa.....	141
6.2. Espécies de culpa.....	145
6.3. Formas de cometimento do crime culposo.....	146
6.4. Requisitos da culpa.....	148
7. ANTIJURIDICIDADE.....	149
7.1. Conceito de antijuridicidade.....	149
7.2. Relações entre tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	150
7.3. A antijuridicidade na teoria geral do direito.....	154
7.4. Antijuridicidade como essência do crime.....	156
7.5. Antijuridicidade como elemento do crime.....	158
7.6. Antijuridicidade formal e material.....	163
7.7. Antijuridicidade objetiva e subjetiva.....	165
8. EXCLUSÃO DE ANTIJURIDICIDADE.....	169
8.1. Fundamento da exclusão da antijuridicidade.....	169
8.2. Estado de necessidade.....	170
8.2.1. Requisitos da situação de perigo.....	173
8.2.2. Requisitos da ação agressiva.....	176
8.3. Legítima defesa.....	178
8.3.1. Repulsa a uma agressão injusta, atual ou iminente.....	179
8.3.2. Uso moderado dos meios necessários.....	182
8.3.3. Direito próprio ou de outrem.....	183
8.3.4. Animus defendendi.....	183
8.3.5. Legítima defesa versus legítima defesa putativa.....	183
8.4. Estrito cumprimento do dever legal.....	184
8.5. Exercício regular de um direito.....	185
8.6. Problemática do consentimento do ofendido.....	186
8.7. Excesso.....	187

9. A CONCEPÇÃO MATERIAL DO INJUSTO PENAL: BEM JURÍDICO E ANTINORMATIVIDADE NA TEORIA DO CRIME	189
9.1. Considerações iniciais.....	189
9.2. A localização do gérmen do bem jurídico enquanto valor na síntese das ideias penais: o papel da escolástica tardia ibérica.....	190
9.3. O nascimento conceitual do bem jurídico sua coordenação com a epistemologia penal de seu tempo.....	196
9.3.1. A noção de sistema e a constituição da epistemologia penal.....	196
9.3.2. A construção do sistema penal fundamentado em imperativos.....	197
9.4. Norma e tipo penal.....	203
9.5. Norma e injusto.....	206
9.6. Síntese da função material do injusto penal.....	209
10. CULPABILIDADE	215
10.1. Conceito de culpabilidade.....	215
10.2. Culpabilidade como princípio do direito penal.....	219
10.3. A culpabilidade como elemento do crime.....	222
10.3.1. O gérmen da culpabilidade: o Direito Penal Romano.....	223
10.3.2. Teoria psicológica da culpabilidade.....	225
10.3.3. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	227
10.3.4. Teoria normativa pura da culpabilidade.....	228
10.3.5. Teoria funcionalista da culpabilidade.....	230
10.4. Posição do direito brasileiro.....	232
11. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DE ANTIJURIDICIDADE	233
11.1. Conceito de consciência de antijuridicidade.....	233
11.2. Classificação da consciência da antijuridicidade.....	235
11.2.1. Consciência da antijuridicidade formal.....	235
11.2.2. Consciência de antijuridicidade material.....	236
11.2.2.1. Consciência de antijuridicidade como consciência ética.....	237

11.2.2.2. Consciência de antijuridicidade como agir comunicativo.....	238
11.2.2.3. Consciência de antijuridicidade como valoração paralela na esfera do profano.....	239
11.3. Colocação da consciência da antijuridicidade na teoria do delito.....	241
11.3.1. Teoria estrita do dolo.....	241
11.3.2. Teoria limitada do dolo.....	242
11.3.3. Teoria estrita da culpabilidade.....	243
11.3.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	244
12. IMPUTABILIDADE.....	245
12.1. Conceito de imputabilidade.....	245
12.2. Análise do Direito Brasileiro.....	246
12.3. Emoção e paixão.....	253
12.4. Embriaguez.....	254
13. EXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA E SUA EXCLUSÃO.....	257
13.1. Conceito de exigibilidade de outra conduta.....	257
13.2. Inexigibilidade de outra conduta.....	259
13.2.1. Obediência hierárquica.....	261
13.2.2. Coação moral irresistível.....	262
14. ERRO.....	265
14.1. Conceituação de erro.....	265
14.2. Espécies de erro segundo a dogmática penal.....	267
14.3. Erro de fato e erro de direito.....	269
15. ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO.....	275
15.1. Erro e finalismo.....	275
15.2. Conceito de erro de tipo.....	275
15.3. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental.....	276
15.4. Conceito de erro de proibição.....	278
15.4.1. Erro de proibição direto.....	281
15.4.2. Erro de proibição indireto versus discriminantes putativas fáticas.....	282

15.4.3. Erro mandamental.....	284
15.5. Escusabilidade do erro de proibição.....	285
15.6. Inescusabilidade do erro de proibição.....	286
16. CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO.....	289
16.1. Conceito e fundamento da tentativa.....	289
16.2. Histórico da tentativa.....	290
16.3. Iter criminis.....	291
16.4. Requisitos da tentativa.....	295
16.5. Punibilidade da tentativa.....	297
16.6. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	299
16.7. Crime impossível.....	300
17. CONCURSO DE PESSOAS.....	303
17.1. Conceito de concurso de pessoas.....	303
17.2. Teorias sobre o concurso de pessoas.....	304
17.3. Requisitos do concurso de pessoas.....	306
17.4. Espécies do concurso de pessoas.....	307
17.4.1. Autoria.....	307
17.4.2. Participação.....	309
17.5. Cooperação dolosamente distinta.....	311
17.6. Formas especiais de autoria.....	312
17.7. Comunicabilidade das circunstâncias.....	313
18. CONCURSO DE CRIMES.....	315
18.1. Introdução.....	315
18.2. Concurso Material.....	316
18.3. Concurso Formal.....	318
18.4. Crime continuado.....	320
REFERÊNCIAS.....	323